

O BRICS, O SUL GLOBAL E A TRANSFORMAÇÃO DA ORDEM MUNDIAL: O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO

BRICS, the Global South, and the world order transformation: the New Development Bank

Marina Bolfarine Caixeta¹²

Bruna Dias Pithan³

José Paulo Silva Ferreira⁴

Marcelo Mariano⁵

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Goiânia, Goiás, Brasil. **E-mail:** marinabolfarinecaixeta@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0462-506X>

² Esta pesquisa foi realizada com o apoio da CAPES – Bolsa Pós-Doutorado PNPD 2023-2025

³ Universidade Federal de Goiás (UFG) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Goiânia, Goiás, Brasil. **E-mail:** brunadiaspithan@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-2652-553X>

⁴ Universidade Federal de Goiás (UFG) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Goiânia, Goiás, Brasil. **E-mail:** josepaulosf@discente.ufg.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2534-112X>

⁵ Universidade Federal de Goiás (UFG) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Goiânia, Goiás, Brasil. **E-mail:** marcelomarianogo@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0000-8632-138X>

Recebido em: 15 abr. 2024 | Aceito em: 26 ago. 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

O Brics como projeto do Sul Global para uma nova ordem internacional ocorre tanto mediante a construção de posicionamentos contestatórios como proposta normativa e institucional alternativa. Documentos oficiais do Novo Banco de Desenvolvimento foram examinados à luz da literatura científica e da Teoria Crítica para responder à questão: De que forma o Brics, por meio do NBD, promove iniciativas que representam e beneficiam o Sul Global na ordem internacional? Na primeira parte, definimos o Sul Global e a ordem internacional como a gênese do bloco. Na segunda, discutimos mudanças incrementais na operação do NBD, com foco na carteira de projetos e especial ênfase no projeto em Aparecida de Goiânia. Na terceira, apresentamos a investida contra institucionalista do NBD com resultados ainda incertos e potencial transformador. Consideramos, por fim, o Brics como instrumento de barganha dos países membros e oportunidade para a cooperação internacional e o desenvolvimento.

Palavras-chave: Brics. Sul global. Novo Banco de Desenvolvimento.

ABSTRACT

BRICS as a project of the Global South for a new international order possibly shows either a contestatory position or an alternative institution. Official documents of the New Development Bank were examined in the light of the scientific literature and the Critical Theory to answer the question: How does BRICS, through the NDB, promotes initiatives that represent and benefit the Global South in the current international order? At first, we explain the Global South and the new international order as the genesis of the bloc. Secondly, we present the incremental changes resulting from the operation of the NDB, with a focus on its portfolio and the project in Aparecida de Goiânia. Thirdly, we discuss the anti-institutionalist attempt of the Bank still uncertain but with a transformative potential. Finally, we consider BRICS both as a bargaining instrument for member countries and as an opportunity for international cooperation and development.

Keywords: BRICS. Global South. New Development Bank.

INTRODUÇÃO

Diferentes fatores definiram a ordem internacional no pós-Segunda Guerra Mundial, incluindo a prevalência do multilateralismo centrado no Sistema das Nações Unidas, a globalização econômica com o aumento da interdependência entre os países, e a criação de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Consolidou-se, assim, uma centralidade política e econômica do Ocidente, refletida no desenho institucional e representação nos organismos internacionais. Entretanto, as últimas décadas foram marcadas pela emergência, ou maior relevância, de novos atores no Sistema Internacional. Consequentemente, com a maior projeção dos países em desenvolvimento na política internacional, passou a haver nos fóruns multilaterais maiores contestações da ordem estabelecida, interpretada como anacrônica por não representar a atual distribuição de poder

global. Neste cenário, tomou forma o conceito de Sul Global, entendido como uma aliança de países ou uma identidade política e anti-colonialista⁶, que possui dentre seus elementos constitutivos o Brics, grupo dos emergentes com a agenda comum de promoção de uma nova ordem mundial.

A investigação proposta neste artigo é pertinente ao considerar o Brics como um projeto do Sul Global (Prashad, 2012). Apesar do Brics não ter conseguido transformar a ordem mundial e encontrar-se diante de sérios desafios — por exemplo, em construir consenso entre um grupo maior e mais heterogêneo (o Brics+) —, considera-se seu potencial para mudanças futuras tendo em vista sua natureza contestatória e iniciativas como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Conforme Alden et al. (2009), ao explicar o Sul Global não se deve restringir à efetividade das instituições e iniciativas, mas sim à própria presença. Assim, o Brics deve ser entendido como um empreendimento do Sul num contexto de crise ou transição da ordem política internacional.

Para essa discussão sobre o Brics, em um contexto marcado pela polarização entre otimistas e céticos, assumimos a importância de se considerar tanto a dimensão ideacional, ou seja, o engajamento do bloco no Sistema Internacional vigente, quanto a dimensão material, que são seus impactos evidenciados até o presente na economia política internacional, cientes de que análises futuras oferecem compreensões mais adequadas. Para tanto, nos baseamos em Alden et al. (2009, p. 4-5) para quem a principal contribuição do Sul no âmbito da política internacional está em buscar constituir e moldar as normas vigentes no sistema internacional em benefício dos povos e países em vias de desenvolvimento, em vez dos desenvolvidos.

Tendo em vista as mudanças nas relações internacionais observadas recentemente e o surgimento de novas dinâmicas de poder, buscamos explicar o Brics como um espaço restrito, mas privilegiado de cooperação para o desenvolvimento no eixo Sul-Sul. Assim, as análises sobre a atuação estratégica do NBD adicionam uma dimensão prática à pesquisa. Portanto, a pergunta ou problema que orienta o trabalho é: De que forma o Brics, por meio do NBD, promove iniciativas que representam e beneficiam o Sul Global na ordem internacional vigente? Em sentido mais amplo, nos questionamos se o Brics é, efetivamente, um bloco contra-hegemônico que atua para promover uma ordem mundial alternativa.

O objetivo deste debate é analisar os resultados no presente do Brics, através do NBD, em direção à configuração de uma nova ordem internacional. Para tanto, a metodologia do artigo baseia-se na revisão da literatura especializada sobre o tema, abundante nessas quase duas décadas⁷, e na análise de documentos do NBD. Adicionalmente, e com vistas a fornecer evidências

⁶ A questão colonial é central para o Brics. Sabe-se que nenhum dos países membros do bloco tiveram colônias, sendo a Rússia o único país que não foi colonizado. Conforme explica Mangani (2024: 51), há um consistente padrão histórico-ideológico de narrativas enraizadas na crítica às trajetórias colonialistas, imperialistas e capitalistas que remetem a era do colonialismo. “These cultural and historical advantages lend credibility to BRICS activities in developing regions.”

⁷ Consideramos o ano de 2006, quando houve a primeira reunião de chanceleres dos países do BRIC, ainda sem a África do Sul, que se integra em 2011 como representante africana, à margem da 61a. Assembleia Geral da ONU.

mais concretas, foram realizadas duas entrevistas com agentes da prefeitura de Aparecida de Goiânia (município no Estado de Goiás no Brasil) que possui um projeto de empréstimo do Novo Banco, para destacar a atuação do NBD em promover o desenvolvimento do Sul global no nível mais local de governo executivo.

Desta forma, além da presente introdução e das considerações finais, este artigo conta com três seções. Na primeira, o tema insere-se no campo teórico e conceitual das Relações Internacionais como disciplina acadêmica e sob uma perspectiva crítica, o que nos habilita discutir o Brics na geopolítica global contestando a ordem mundial que se reconhece desde o pós-II Guerra Mundial. A segunda parte se dedica à investigação sobre o NBD que inaugura uma fase de transição das narrativas contestatórias rumo à investida “contra-institucionalista” demonstrada pelos novos mecanismos multilaterais de desenvolvimento. A terceira parte analisa as mudanças viabilizadas e evidenciadas na operação do NBD no cenário atual, em convergência com a projeção da China e seu *modus operandi* de planejamento do desenvolvimento. Na seção conclusiva, com base no marco analítico da Teoria Crítica, buscamos mostrar que as mudanças em curso são incrementais e não podem ser negligenciadas como potencial fator reestruturante da ordem mundial ocidental-liberal. Pesquisas prévias apontam nesse sentido, e nosso trabalho busca agregar um novo elemento à agenda de pesquisa: a discussão sobre a influência da “economia do projetamento” nas iniciativas do NBD.

1. O BRICS COMO BLOCO CONTRA-HEGEMÔNICO

Há alguns conceitos centrais que emolduram a gênese do Brics, de acordo com a literatura especializada, e que explicam tanto o surgimento quanto apontam para os possíveis impactos do grupo no atual cenário. Para o debate proposto, nos parece importante discutir o Sul Global, a nova ordem econômica internacional (então-referida como NOEI) e a Cooperação Sul-Sul (CSS), como arcabouço teórico-conceitual que nos permite inserir a ideia de Brics como contra-hegemonia, tal qual a Teoria Crítica proposta por Cox (1981;1983)⁸.

É importante destacar a diferença entre o Brics como Sul global, e como representante do Sul global no contexto geopolítico em que se insere. Para tanto, seria preciso tratar do Sul global não apenas como um ator das relações internacionais, mas também como uma nova perspectiva analítica e um marco para a ação política — *“global South not only as geopolitical label, but also as a distinctive political positionality and an ethical subjectivity”* (Tickner; Smith, 2020, p. 6). Conforme as autoras ressaltam, os “mundos diferentes” apresentado pelo Sul global nas RI têm sido pensados: (1) seja como perspectiva crítica à suposta universalidade de categorias como soberania, Estado, segurança, etc; (2) seja como uma interpretação alternativa aos conceitos de RI para descrever e explicar as experiências, problematizações e teorizações realizadas em diferentes partes do mundo; (3) seja, ainda, com a identificação e proposição de conceitos outros

⁸ Lembramos Wallerstein (2014), segundo quem, o Brics representaria uma força antiimperialista pelo fato de que sua atuação para “forjar” novas estruturas no cenário mundial enfraquece o poder dos Estados Unidos e do Norte Global e de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

(*non-Western*) que podem iluminar a política internacional para além das lentes disciplinares existentes (Tickner; Smith, 2020, p.1). As duas primeiras, certamente, nos habilitam a perseguir a proposição de novos conceitos no futuro.

Seria infundado, então, referir-se aos hemisférios norte e sul para explicar o conceito de Sul Global, reforçando sua natureza geográfica. Isso porque o termo alude, sobretudo, à reconfiguração de forças que, conforme Lechini (2022), é instável porquanto condicionada a projetos políticos e vai além das dicotomias Norte-Sul e Ocidente-Oriente (ou Leste-Oeste). No caso do Brics, Giaccaglia *et al.* (2022) mostram como há mais expectativa do que alinhamento entre os interesses dos países em relação aos dois tipos divisão política⁹.

Sendo assim, o Sul Global não se restringe, tão pouco, a um grupo de países cujos indicadores socioeconômicos revelam realidades “atrasadas” ou “inferiores”. De uma noção estigmatizante e depreciativa passa-se à identidade de povos e países que carregam em si o peso de uma história civilizacional, tendo vivenciado os impactos negativos do colonialismo e imperialismo. Então, o Sul Global é, assim, uma oportunidade para uma cooperação mais ativa e efetiva no eixo (horizontal) Sul-Sul, como alternativa à cooperação tradicional ou Norte-Sul. Como explica Abdenur e Folly (2015, p. 86), esse tem sido o grande logro do bloco que tem moldado a nova arquitetura do sistema da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) longe das regras e tradição da OCDE, ou seja, a cooperação para o desenvolvimento tem sido ‘o caminho com menor resistência’ que os países do bloco encontram para as questões comuns e os desafios globais.

Como unidade política, então, o Sul é composto em meio aos desafios da globalização (ou desglobalização e fragmentação) e tem defendido o multilateralismo na governança global. Assim, a busca pelo desenvolvimento internacional, ainda que entre realidades nada homogêneas, tem propiciado uma “plataforma de conveniência” (Abdenur e Folly, 2015, p.81) para reivindicar uma ordem internacional mais inclusiva. Neste caso, a prática da Cooperação Sul-Sul, a despeito de ser definida a partir das políticas externas de cada país, encontra-se como meio para construção de consenso no plano global e, mais especificamente, como forma de ajuda mútua entre os países que se definem como “em desenvolvimento” e constata a escassez de investimentos em industrialização e infraestrutura em grande parte do mundo. Neste contexto se insere o NBD que se beneficia dos aprendizados e amadurecimentos do Fórum de Diálogo IBAS (Índia-Brasil-África do Sul) e seu mecanismo de financiamento.

A nova ordem mundial, neste sentido, remete aos ideais de justiça social em sintonia com o que foi concebido como Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) — Resoluções 3201 e

⁹ Conforme Giaccaglia *et al* (2022) a Rússia concorda com a visão chinesa sobre a unilateralidade dos Estados Unidos no Sistema Internacional, porém o bloco não se coloca como uma alternativa ao ocidentalismo porquanto defende, tão-somente, a autonomia e a independência dos países no cenário internacional. Para Brasil, Índia e África do Sul, observa-se um compartilhamento identitário do que se considera ocidente, ou seja, valores de redemocratização e direitos humanos não sem conflitos, uma vez que também propõem diferenças com o ocidente.

3202 em 1974 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Trata-se, entretanto, de algo que não chegou a ser realizado e encontra-se diante problemas específicos para uma parcela significativa da população mundial. Para Bermúdez (2023), a incapacidade da ordem econômica internacional de contribuir com o desenvolvimento dos países do Sul Global está demonstrada em temas tão diversos quanto o comércio internacional, o sistema monetário e a dívida externa, a agricultura e alimentação, o acesso e uso da energia, o meio ambiente e as mudanças climáticas e a ciência e tecnologia. O Grupo dos 77 incluindo a China passa a ser uma "coalizão de insatisfeitos" (Besharati, 2015, p. 292) que tem apontado o caráter estruturante das desigualdades na cena internacional e reivindicado assistência compensatória.

O Brics insere-se neste contexto de mudanças visíveis com a emergência dos "novos provedores" e projeção da Cooperação Sul-Sul. Besharati (2015, p. 292) argumenta que o Brics é parte desse "novo agrupamento" que, a despeito de não possuir narrativas próprias e posições comuns quanto à agenda do desenvolvimento, propõe "novas coalizões ou arranjos políticos capazes de enfrentar a progressiva fragmentação do campo da CID", "a face mais visível desse processo". Ressaltamos, para tanto, a importância de se compreender a CSS além da cooperação econômica e técnica vinculadas à ideia de construção de capacidades. "A CSS, portanto, deve ser utilizada como uma das opções estratégicas para buscar autonomia e poder de incidência no estabelecimento das regras do jogo." (Lechini, 2022, p. 298).

A demanda por justiça social encontra-se assentada na proposta de reforma do sistema internacional e maior representatividade nas suas estruturas decisórias. Nesse sentido, a tentativa de instituir ou institucionalizar novos mecanismos de promoção de desenvolvimento (ou ajuda), como o NBD, encontra apoio entre o Sul Global. Resgatando a ideia de um projeto do Sul Global, Prashad (2012) explica que além da antiga demanda por autonomia decisória e integridade territorial (soberania), no presente, as demandas estão condicionadas à superação das ameaças e vulnerabilidades dos países que se ressentem de um déficit de poder na política internacional que se encontra diante dos desafios com a destruição ambiental e falta de subsistência (fome e pobreza) em todo o mundo. Também Alden *et al.* (2010) que as parcerias securitárias, econômicas e políticas implicam na cooperação que busca harmonizar diferentes contextos históricos e soluções encontradas para o desenvolvimento dos países.

Embora nem todos os países (e governos)¹⁰ dos países em desenvolvimento se identifiquem 'com' e 'como' Sul Global, são evidentes as disputas em torno da ordem mundial. Nesta, a reforma de instituições como Conselho de Segurança, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, ocupa papel central. Também, a busca pela afirmação dos princípios dos direitos humanos universais e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas nas negociações e convenções internacionais. Assim, essa nova ordem poderia ser entendida

¹⁰ Ressaltamos que essa denominação não tem sido somente usada pelos Estados ao elaborar suas políticas externas, também governos se identificam ou rechaçam o Sul global segundo seus planos e ideologias. A ascensão da extrema direita resulta na ausência de certos países em espaços do Sul Global. Para o caso da decisão do atual governo da Argentina e sua 'retirada' do Brics +, tal qual pleiteada pelo governo anterior, sugerimos Ferreira (2024).

como outra ordem ou ordem alternativa para destacar os processos de contestação das instituições existentes.

Conforme Smith (2020), a definição da ordem mundial deve ser questionada com vistas a explicar melhor as mudanças em curso. Para superar os pressupostos westfalianos, “novas” e “outras” ontologias são necessárias para a formação das noções sobre o Estado, os territórios e as nações, tão caras ao “internacional”¹¹. Os Brics, neste contexto, nos permitem colocar o foco na materialização dessas alianças e instituições que constroem o *status quo* da ordem mundial. Considerando as instituições internacionais um conjunto de regras (formais e informais) persistentes e conectadas, que prescrevem o comportamento e os papéis dos atores, constroem as atividades e moldam as expectativas, tanto as organizações formais, quanto as leis e normas internacionais (Smith, 2020, p. 83 *apud* Keohane e Murphy, 1992), e, as responsáveis pela estabilidade e perpetuação de determinada configuração internacional (Cox, 1981). Nosso interesse é sua atuação para moldar essa nova ordem mundial.

A perspectiva da Teoria Crítica assumida nesta discussão, portanto, fomenta a análise por diferentes óticas dessa iniciativa proposta “do” e “como” Sul Global. O Sul Global, então, marca nossa abordagem ao tema, já que é entendido como uma aposta na mudança de paradigma das Relações Internacionais, porquanto sugere uma ruptura epistemológica com as percepções ocidentais tradicionais, eminentemente centrada no realismo e liberalismo (Mangani, 2024) e, ao mesmo tempo, como promotor da revisão das ontologias convencionais — pós-hegemônicas, pós-Vestfália e pós-globalização (Cox, 1992). Ao privilegiar as diferenças e visões plurais, diversas pesquisas desafiam a disciplina das Relações Internacionais (RI) e sugerem que ela seja repensada a partir de distintos conceitos e perspectivas e “posições”. Este é o contexto que emoldura nossa discussão. O caso do Brics nos provoca a entender outras lógicas e padrões de atuação em questão.

Para tanto, realizamos uma revisão de literatura sobre o Brics e o NBD. Na Teoria Crítica das Relações Internacionais, conforme Robert Cox (1981), realiza-se uma crítica anti-hegemônica rumo à compreensão de um sistema multipolar proposto pelo bloco. Ele afirma que “*It is critical in the sense that it stands apart from the prevailing order of the world and asks how that order came about*” (Cox, 1981, p. 129). Não se trata, portanto, de um esforço de ruptura sistêmica, mas da participação neste sistema, ciente dos elementos importantes para sua transformação, em diferentes níveis analíticos e de ação: as forças sociais, os Estados e a ordem mundial. Isto é coerente com o projeto do Sul Global, já que a transformação das estruturas históricas do presente sistema internacional estaria assentada em categorias ou forças que interagem entre si: as capacidades materiais, sobretudo tecnológica e organizacionais ao buscar riqueza e poder; as ideias, que são tanto os significados intersubjetivos que regem as relações sociais e os

¹¹ No livro que organiza com Arlene Tickner, Karen Smith pretende discutir a “ordem, ordenamento e desordem” para uma reinterpretação das relações internacionais a partir do Sul Global; outros conceitos são o ‘internacional’, ‘guerra e conflito’, ‘Estado e soberania’, ‘religião, secularismo e nacionalismo’, ‘segurança’, e ‘política externa’; algumas questões como ‘globalização’, ‘desigualdade’, ‘migração’, ‘resistências’ e ‘sócio-ambientalismo’ também são tratadas.

comportamento dos agentes quanto as imagens coletivas da ordem social na base da política dos Estados; e as instituições, que são os meios pelos quais se perpetua a ordem vigente.

Neste artigo, tratamos do NBD como a proposta concreta dos Brics para a mudança da ordem internacional. O Novo Banco tem sido amplamente debatido tanto como oportunidade para o Brics, em menor medida, quanto para o Sul Global, em maior. Como nova instituição internacional, o novo banco aparece como "uma alternativa positiva às instituições de financiamento do desenvolvimento existentes, passando pelo ceticismo e por afirmações de que o novo banco representaria uma séria ameaça às normas de desenvolvimento ocidentais" (Abdenur e Folly, 2015). Contudo, ainda pode ser cedo para apurar o NBD como uma "plataforma normativa" para o desenvolvimento internacional em decorrência da difícil apuração de seu impacto em termos de mudança estrutural, o que tende ser de longo prazo.

Em quase uma década de existência¹², o NBD mostra-se com poder significativo na economia internacional, projetando as demandas de desafios enfrentados pelo Sul global. A mobilização de recursos materiais (financeiros) disponíveis nos países em desenvolvimento em busca da obtenção de maior poder de barganha e da orientação dos países quanto a seus planos de desenvolvimento é algo inquestionável. Conforme sugere Rached e Sá (2024, p. 27), após a crise de 2008 há uma intensificação da cooperação entre os países do bloco, o que os estimula a deixar de lado as evidentes heterogeneidades entre as nações para explorar sinergias. Um dos traços proeminentes dessa unidade é a importância do papel do Estado nas economias, uma abordagem desenvolvimentista por meio de planejamentos nacionais (*state-led development approaches*). Apesar das distintas formas de condução, sabe-se que os membros do Brics tiveram incremento do comércio e da expansão econômica nas primeiras décadas do século XXI, provocado pelo aumento do mercado doméstico e trocas intrabloco.

Destarte, sugere-se que o estímulo à criação de instituições rivais às tradicionalmente existentes orientada às relações de benefícios mútuos tem sido um importante impulso do Brics ao desafiar a ordem mundial. "*Institutions are particular amalgams of ideas and material power which in turn influence the development of ideas and material capabilities*" (Cox, 1981, p. 137). Uma questão central para nossa pesquisa¹³ sobre o Brics na perspectiva da Teoria Crítica, constitui-se na indicação de que ele é, efetivamente, um bloco contra-hegemônico que atua para promover uma ordem mundial alternativa¹⁴. Cox (1983) sugere que o então-Terceiro Mundo é uma possibilidade de mudança da ordem mundial:

¹² Utilizamos como marco o ano de 2014 quando na Cúpula de Fortaleza os países concordaram em criar o NBD, sendo que em 2012 surge a ideia; em 2015 há a inauguração com a realização da primeira reunião do Conselho de Governadores e em 2016 recebe o primeiro aporte de capital por parte dos países fundadores entrando em operação a partir desse ano.

¹³ Este artigo faz parte de um grupo de pesquisa que está dedicado a investigar tanto o NBD quanto as narrativas construídas pelo Brics como forma de transformar a ordem mundial; o segundo artigo, em fase de elaboração, se dedica à análise das narrativas.

¹⁴ Para Cox (1983, p.165) a contra-hegemonia prevê a construção no longo prazo de uma estratégia revolucionária de democracia social como uma política para obtenção de vantagens no âmbito de uma ordem mundial estabelecida, enquanto se resiste a pressões e tentações de abdicar a perseguição do objetivo de obter ganhos incrementais em benefício dos grupos subalternos no âmbito da hegemonia burguesa.

The third and more remotely possible outcomes would be the development of a counter hegemony based on a Third World coalition against core country dominance and aiming towards the autonomous development of peripheral countries and the termination of core-peripheral relationship (Cox, 1983, p. 150).

2. O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO: UMA INVESTIDA CONTRA-INSTITUCIONALISTA

Nesta seção buscamos analisar o perfil de projetos e documentos operacionais do NBD buscando entender de que forma o Brics tem atuado rumo à promoção do desenvolvimento no Sul global e, por conseguinte, à redistribuição de poder na cena política internacional. Como uma das instituições criadas pelo Brics para promover o desenvolvimento no Sul Global, o NBD se constitui em importante iniciativa para essa pesquisa sobre o impacto do Brics na mudança da ordem vigente.

Decorridas quase duas décadas, observa-se que o potencial dos Estados do Sul Global impactar as estruturas econômicas de Bretton Woods num movimento visto como “reformista moderado” permanece central nas discussões acadêmicas (Abdenur e Folly, 2015, p. 82), junto à investida “contra institucionalista” (Chaturvedi *et al.*, 2021, p. 12)¹⁵. Entretanto, o que se pode notar até o presente é um lento avanço com risco de estar reproduzindo as lógicas, mecanismos operativos e estratégicos e, mesmo, profissionais de outros bancos do sistema ocidental. Além disso, há uma discussão de se a instituição, ao invés de adotar uma abordagem inovadora, implementa um modelo de financiamento retrógrado, com ênfase em infraestrutura, assemelhando-se ao padrão adotado por instituições tradicionais nos anos 1950, ao invés de seguir a abordagem contemporânea de compreensão mais ampla do desenvolvimento, com foco nos aspectos sociais (Stuenkel, 2015).

A recente nomeação do economista brasileiro Elias Jabbour, anunciada em 2023 para a diretoria de pesquisas do NBD, porém, pode ser um indicativo da nova visão para a concessão dos empréstimos do banco¹⁶. Para Badd (2009), o trabalho dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD) é determinado tanto por dinâmicas internas para a manutenção da própria burocracia, quanto por políticas dos países doadores (*shareholders*) e, ainda, por economistas e evidências práticas que formam um sistema de conhecimento especializado sólido, incontestável ou consensuado. E o maior apreço por projetos que estimulem o planejamento dos países na condução do seu desenvolvimento nacional parece ser a marca da gestão de Dilma Rousseff, como representante do NBD desde 2023, haja vista a sinergia entre o Novo Banco e a

¹⁵ Os autores sugerem uma matriz analítica da cooperação para o desenvolvimento que contesta a governança global. Por um lado, a cooperação vigente ou tenta atualizar as instituições internacionais (o caso da CSS e do PABA+40) ou atua criando instituições (o caso do NBD e do Banco Asiático - AIIB); por outro lado, novos tipos de cooperação surgem seja para colaborar com as instituições vigentes (o caso das revisões nacionais e colaborações com o Fórum Político de Alto Nível para os ODS) seja para liderar formas de colaboração entre os países (contribuições voluntárias para adoção dos padrões sustentáveis reunidas em uma plataforma).

¹⁶ A designação do economista brasileiro não pode se descolar do seu livro “China: O Socialismo do Século XXI”, ganhador do principal prêmio literário chinês para estrangeiros, o Special Book Award of China 2022; o livro investiga a singularidade do socialismo chinês e seu potencial de tornar-se um modelo alternativo ao capitalismo ocidental, neoliberalismo e suas crises que impactam sobretudo a periferia do sistema.

Nova Rota da Seda, o foco em projetos dedicado à infraestrutura como forma de conexão do Sul global e as narrativas em prol do reequilíbrio da ordem financeira internacional (Rousseff, 2023).

Nos debates sobre a Economia Política, a “nova economia do projeto” é uma tendência introduzida pela China. Tal qual Jabbour *et al* (2022, p.90) sugerem, ela seria o estágio superior, “um construto histórico institucional e multidimensional que se fortalece com a iniciativa do Cinturão e a Rota” e, assim, “poder-se-á construir um multilateralismo inclusivo”. Com isso, valoriza-se a definição de planos de desenvolvimento centrado nos governos nacionais, conforme observado na prática do socialismo de mercado chinês. O sucesso chinês e sua presença no Brics, também, aponta para a chance de o NBD fazer parte de um novo ordenamento mundial. Essa transição de uma globalização neoliberal promovida pelos Estados Unidos para outra anti-neoliberal promovida pelo Cinturão e a Rota (*Belt and Road Initiative*) comandada pela China tem sido a oportunidade para o Sul global e a América Latina, em particular.

This new form of productive, anti-neoliberal globalization should serve Latin American leaders, not only as a way to export products or receive investments, but also a great opportunity to plan the foreign trade of our countries and to combine the grand project of continental integration [Latin American countries under CELAC] with the second-largest economy in the world (Jabbour, 2022).

2.1 A emergência de uma Instituição: mais do mesmo?

O Novo Banco de Desenvolvimento é parte do momento de contestação dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD). A ascensão do Sul global e a crise de legitimidade e efetividade dos bancos de desenvolvimento existentes resultaram na proliferação dos Bancos Regionais de Desenvolvimento, tais como o Banco do Sul (2012), o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (2016) e o NBD, que buscam aumentar os fluxos de capitais para assistir o desenvolvimento das regiões mais carentes de recursos (Molina e Patrucchi, 2020a). Esse novo momento trazia críticas à operação das instituições financeiras internacionais, lideradas pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), que influenciavam as políticas econômicas dos governos em desenvolvimento, os maiores beneficiários dos recursos a partir do interesse de Washington (Babb, 2009).

O NBD teve seu acordo firmado durante a VI Cúpula do Brics em Fortaleza, em julho de 2014, entrando em vigor durante a VII Cúpula do Brics em Ufa, Rússia, em julho de 2015¹⁷. O NBD é, em suma, uma forma de mobilizar recursos no Sul pensando na infraestrutura e no desenvolvimento do Sul, não se limitando aos países membros do grupo. Segundo Paulo Nogueira Batista Jr. (2016), primeiro brasileiro vice-presidente do NBD, esta é a primeira vez que um banco de desenvolvimento de alcance global é estabelecido apenas por países de economia emergente,

¹⁷ Lembra-se, no entanto, que desde julho de 2014, os países negociam no âmbito do Brics formas e mecanismos independentes de estabilização econômica e financiamento de longo prazo; daí, a proposta do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) e o NBD, sendo que o primeiro serve como um fundo de estabilização entre os cinco países, e o segundo, um banco para financiamento de projetos de investimento nos países membros e em outros países em desenvolvimento..

sem a participação de países desenvolvidos. Se os anos de 2012 e 2014 foram marcados por negociações difíceis, o progresso nos anos seguintes (de 2015 a 2020) foi lento marcado por um desinteresse por parte do Brasil (Batista Jr., 2019).

É importante notar que grande parte da vantagem desta iniciativa, com relação às outras instituições financeiras internacionais (IFI) existentes, é o fato de possuir um curto prazo para a concessão de empréstimos, com o objetivo de avaliação das propostas em até seis meses (Batista Jr., 2016, p. 181). Ademais, como se trata de uma instituição bancária, há possibilidade de outros países interessados terem ações, porém, 80% da participação em capital e poder de voto é garantido às economias emergentes do Sul global (Batista Jr., 2016, p. 181). Além disso, o fato de que somente os países em desenvolvimento poderem ser sócios tomadores de empréstimos é revelador de como o NBD concebe e atua em relação ao Sul Global (Batista Jr., 2019). Isso se dá pois é de suma importância que o bloco seja um facilitador para aqueles que não conseguem participar dos meios comuns de concessão de empréstimos, em instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Além de facilitar o acesso ao crédito em moeda local, tal qual o caso analisado na próxima seção, o NBD se propõe a promover o uso das moedas locais e diminuir riscos para investidores. Para isso, emite títulos em renminbi (RMB) e indica pretender emitir títulos, em breve, em rublos russos e em rúpias indianas (Novo Banco de Desenvolvimento, 2018).

Mesmo que o intuito do Novo Banco seja servir como fonte de empréstimos, ele não deve operar baseado apenas em índices e resultados econômicos. Como um BMD, o NBD deve equilibrar a legitimidade na representação dos países membros (poder decisório) e sua dependência de recursos desses mesmos países para a realização da sua missão e estratégia (Molina e Patrucchi, 2020b) na adoção de estratégias e procedimentos próprios. Considera-se, para tanto, que mesmo que o Brics tenha grande repercussão na economia política internacional, seu objetivo em última instância é garantir o acesso de todos os países aos bens públicos globais, ou seja, apresentar uma proposta de reconfiguração e redistribuição das forças econômicas e políticas na ordem internacional (Moreira Jr. e Figueira, 2014 *apud* Moreira Jr., 2012). O NBD pode ser entendido, assim, como uma tentativa dos países membros do Brics de consolidação institucional, promoção do desenvolvimento dos países emergentes e impulso à criação de um bloco político-econômico alternativo ao estabelecido no pós-Segunda Guerra, centrado nos países desenvolvidos (Moreira Jr. e Figueira Jr., 2014 *apud* Hobsbawm, 1995; Arrighi, 1996; Gowan, 1999).

A criação do NBD foi uma proposta da Índia, que começou a ser gestada em 2012, com a assinatura do Convênio Constitutivo em 2014. Embora o NBD seja sediado na China, país que possui o maior peso econômico entre todos, “os cinco países fundadores têm o mesmo peso no capital e nas decisões”, com o mesmo capital e sem poder de veto. Batista Jr. (2016, p. 182) explica que as decisões “são tomadas por maioria simples ou maioria qualificada”, diferentemente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, onde “os europeus e os Estados Unidos têm poder de veto sobre decisões cruciais”. Trata-se de “um banco de países em desenvolvimento

para países em desenvolvimento”, sendo que “a participação dos países de economia emergente e em desenvolvimento será sempre de pelo menos 80% do capital e do poder de voto”. Existe a possibilidade de países “avançados ou desenvolvidos” também participarem, mas “terão sua participação limitada a 20%”. (Batista Jr., 2016, p. 181) Cabe lembrar que a adesão dos novos membros em 2021 - Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Uruguai e Egito - e sua participação no Conselho de Governante, entretanto, não altera o poder de voto originalmente estabelecido dos membros fundadores¹⁸

O Banco “reflete a insatisfação do Brics com as instituições multilaterais existentes, que demoram a se adaptar ao século XXI e a dar suficiente poder decisório aos países em desenvolvimento”. Porém, o NBD “não é um banco político” e se pauta “por critérios técnicos para aprovar projetos”. O objetivo é “evitar a excessiva politização das decisões que se observam nas instituições multilaterais existentes” (Batista Jr., 2016, p. 179), ainda que atuem sempre em apoio das políticas públicas para o desenvolvimento (*policies*) dos países.

A despeito de o NBD assumir uma posição contestatória da ordem (financeira e econômica) mundial, é importante vê-lo como uma instituição nova que não nega ou substitui suas antecessoras, como o Grupo Banco Mundial - o ACR também não tem o intuito de substituir o FMI. É notável, porém, algumas diferenças entre o NBD e o Banco Mundial, pelo fato de ser “como uma entidade nova”, o NBD deve levar em conta as experiências dos bancos existentes, sem, contudo, reproduzir mecanismos e lógicas vigentes - ser ‘mais do mesmo’. Além da questão do veto, mencionada acima, o Banco do Brics “pretende atuar de forma focada” como “um banco de projetos na área de infraestrutura e desenvolvimento sustentável”, concentrando “esforços na área de infraestrutura sustentável, em setores como energia renovável (solar e eólica, por exemplo), eficiência energética, tratamento de esgotos, gestão sustentável de água, entre outros” (Batista Jr., 2016, p. 181). Isso mostra o alinhamento do NBD com a Agenda Global de Desenvolvimento Sustentável, como é o caso da sua decisão de somar esforços com outros bancos multilaterais de desenvolvimento para a 28a. Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas (UNFCCC-COP 28).

Vale mencionar, ainda, que ‘a unidade de conta’ do Banco do Brics é o dólar americano. De acordo com Batista Jr. (2016, p. 183), “não há uma estratégia deliberada de minimizar o dólar”. Por outro lado, o NBD “pretende captar e emprestar não só em dólar, mas também nas moedas dos países membros”. Isso, entretanto, ainda avança lentamente, uma vez que, conforme indicado na próxima seção, projetos aprovados recentemente ainda utilizam o dólar ou o euro como moedas do empréstimo.

¹⁸ Conforme o Acordo de constituição do Banco de 2015, artigo 8 alínea ‘c’ estabelece: “Nenhum aumento na subscrição de qualquer membro do capital social se tornará efetivo, e qualquer direito de subscrevê-lo é renunciado, o que teria o efeito de: (i) reduzir o poder de voto dos membros fundadores abaixo de 55 (cinquenta e cinco) por cento do poder de voto total; (ii) aumentar o poder de voto dos países membros não mutuários acima de 20 (vinte) por cento do poder de voto total; (iii) aumentar o poder de voto de um país membro não fundador acima de 7 (sete) por cento do poder de voto total.” (NEW DEVELOPMENT BANK, 2015, tradução nossa).

Com a chegada de Dilma Rousseff à presidência da instituição, em 2023, em um contexto de mudança geopolítica, reconhece-se a importância de uma organização multilateral e multipolar tal qual o Brics e o NBD. Para tanto, Dilma menciona a consolidação de uma plataforma financeira de cooperação, que serve às necessidades dos países do Sul global, guiada pela inclusão e desigualdade central para os países do Brics. A expansão do NBD, assim, é um objetivo a ser alcançado por meio tanto da estreita colaboração com os governos para propor projetos mais críticos e estratégicos, quanto da captação de recursos em distintos mercados financeiros (em RMB, dólar e euro), público e privado, para um modelo de financiamento inovador. As ações conjuntas com os bancos nacionais de desenvolvimento, bancos multilaterais e instituições financeiras das Nações Unidas são projetadas nessa visão de desenvolvimento comum da Agenda 2030 (Rousseff, 2023).

No discurso da oitava reunião anual do NBD, a presidente fez quatro referências ao termo Sul Global. Nessa ocasião, Dilma ressaltou que a sigla Brics “se tornou um nome”, que “já não representa apenas os cinco fundadores, mas sim todos os países do Sul Global que pertencem agora e que no futuro pertencerão ao Banco” (Rousseff, 2023, n. p.). Isso, entretanto, precisa ser visto com certo ceticismo, já que a questão de se o Brics representa o Sul ou são parte deles deve balizar análises futuras sobre a operação e o impacto do Banco na ordem mundial. Embora o NBD esteja comprometido com a agenda de modernização econômica dos países do Sul Global e apoie projetos que ajudem a reduzir as desigualdades e contribuam para melhorar os padrões de vida das grandes comunidades de pessoas pobres e excluídas que ainda existem nos países do Sul Global, é preciso não perder de vista a questão de que forma o NBD se distingue dos demais bancos multilaterais de desenvolvimento em termos de seus resultados. (New Development Bank, 2023a).

Ainda sobre o Sul Global, a atual presidenta do NBD detalha a importância dos projetos financiados pelo Novo Banco NBD para adaptação das iniciativas de desenvolvimento às realidades dos países tomadores de empréstimos.

Como suas moedas não são totalmente conversíveis no âmbito da atual arquitetura financeira, as economias do Sul Global sofrem frequentemente os impactos negativos de flutuações repentinas nas suas taxas de câmbio. Além disso, muitos projetos de infraestrutura cruciais para o desenvolvimento sustentável geram as suas receitas em moeda local, e pretendemos oferecer alternativas mais compatíveis para o seu financiamento (New Development Bank, 2023a).

Segundo Abdenur e Folly (2015), se por um lado é possível identificar a criação de uma burocracia consistente e um certo enraizamento social do banco, por outro é difícil notar a constituição do NBD como uma plataforma normativa para o desenvolvimento internacional capaz de influenciar a formulação de regras na esfera global. “Para que o Brics possua influência normativa no campo do desenvolvimento internacional, o NBD deve contribuir para a ampliação

das discussões sobre o que é considerado um comportamento apropriado no âmbito do desenvolvimento internacional” (Abdenur e Folly, 2015, p. 96). Dada a curta história do Novo Banco, isso ainda não pode ser comprovado, algo que merece ser avaliado com base na perspectiva crítica do Sul global, posteriormente, com especial interesse nos mecanismos, lógicas e concepções contrastantes na ordem mundial liberal. Algo capaz de questionar certos padrões de produção altamente intensivos em recursos naturais, muitas vezes concebidos com base em boas práticas difundidas globalmente em detrimento de demandas locais e práticas territoriais. Essa questão permanece pendente para o NBD diante do seu desafio de se afirmar como algo novo e como parte de um projeto do Sul global.

2.2. Os impactos da nova Instituição

Tem se tornado um consenso na literatura especializada que o NBD tem progredido quanto a seu objetivo de apoiar o desenvolvimento no Sul Global (Batista Jr, 2019; Rached e Sá, 2024; Abdenur e Folly, 2015; Mangani, 2024; Molinari e Patrucchi, 2020b). Conforme Rached e Sá (2024), a despeito de avançar lentamente, em comparação com os demais bancos multilaterais de desenvolvimento, a sua forma de operação, se distingue das precedentes quanto a (1) busca pela igualdade das cotas de contribuição entre seus membros fundadores, o que reflete uma distribuição de poder mais sintonizada com a multipolaridade defendida nas narrativas do Brics; (2) construção de parcerias preferencialmente com instituições financeiras locais (bancos nacionais de desenvolvimento) em detrimento dos bancos tradicionais; (3) atenção e aderência a legislações ambientais locais dos países em que se implementam projetos de financiamento de infraestrutura, em vez de padrões internacionais definidos no Norte Global; e (4) utilização de moedas locais para financiar os projetos aprovados, para maior independência do dólar americano e descolamento das instituições financeiras tradicionais.

Também Molinari e Patrucchi (2020) mostram que, apesar de identificar rupturas e continuidades na comparação do NBD com os bancos tradicionais de desenvolvimento, pode-se reconhecer avanços quanto à legitimidade representativa e menos quanto à dependência financeira. A primeira categoria mostra um modelo organizacional e forma de operação mais próxima dos países do Sul (decisões operativas e estratégicas), a segunda, requer análises futuras, uma vez que a necessidade de crédito contrasta com o volume de recursos disponíveis na China, em comparação com os demais países e, mesmo, às demandas dos países.

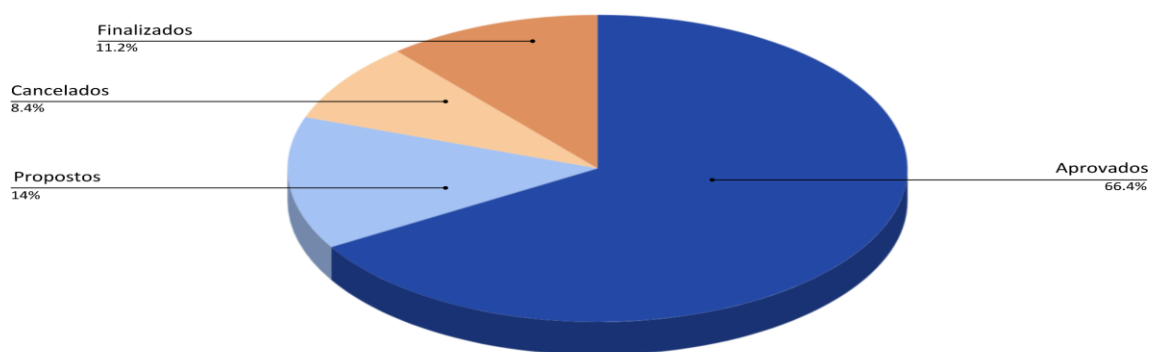
Ao analisar a carteira de projetos do NBD, foi possível observar que não apenas as instituições financeiras locais são um grande foco das parcerias, como também existem diversas municipalidades sendo contempladas pelos empréstimos¹⁹. Ou seja, foi possível notar o envolvimento dos Estados em pedidos de empréstimos, porém a maioria dos empréstimos

¹⁹ Tal qual ocorre com os BMD observa-se descentralização operacional para os países "tomadores" do empréstimo, um fator positivo pois permite o acompanhamento na prática. A estrutura organizacional aprovada em 2020 prevê escritórios regionais para África, Américas, Índia e Eurásia (New Development Bank, 2024 - sítio na web). Conforme apurou Rached e Sá (2024), hoje o Novo Banco opera com 1 escritório na África do Sul, 2 no Brasil (Brasília e São Paulo) e 1 na Rússia (Moscou).

contemplava municipalidades (nível subnacional) ou regiões com mais de um município. Os financiamentos são feitos por meio de um banco de desenvolvimento (a entidade tomadora do empréstimo), mas direcionadas às municipalidades ou ao Estado. Há, ainda, projetos com empresas privadas envolvidas, as quais se colocam como tomadoras de empréstimos interessadas em desenvolver algum projeto de interesse público, como a criação de usinas ou até mesmo estradas, que sejam do interesse corporativo, uma tendência dos BMD. Apesar de ser um grupo minoritário, algo muito criticado - pelo uso de fundos públicos direcionado ao setor privado -, o envolvimento das empresas reflete a particularidade do desenvolvimento local, onde existem vários atores locais interessados em atividade e parcerias (*multistakeholders*).

Nos gráficos abaixo, criados a partir de uma análise dos projetos do NBD, há algumas tendências que podem ser ressaltadas desde o ano de 2016 até o mês de março de 2024. Podemos entender quantos projetos foram concluídos, quantos estão em andamento, dentre outras métricas. Também é possível observar as áreas que mais possuem alocação de recursos, ou seja, as áreas que possuem a maior solicitação de empréstimos, assim como quais países recebem a maior quantidade desses recursos. Com a análise dos dados dos projetos apresentados pelo NBD, conseguimos observar, por exemplo, que 11,2% dos projetos já estão finalizados e 66,4% já foram aprovados, ou seja, já estão em alguma fase da sua implementação. Também é possível perceber que Brasil, China e Índia são os que mais possuem projetos e, proporcionalmente, os que possuem a maior quantidade de financiamentos por bilhões de dólares.²⁰ Os acordos têm sido cotados nessa moeda ou no euro, por não existir uma estratégia deliberada de enfrentamento à centralidade monetária, apesar do interesse de expansão para acordos em moedas nacionais (Batista Jr., 2016, p. 183).

Gráfico 1 - Situação dos projetos do NBD (2016-2024)

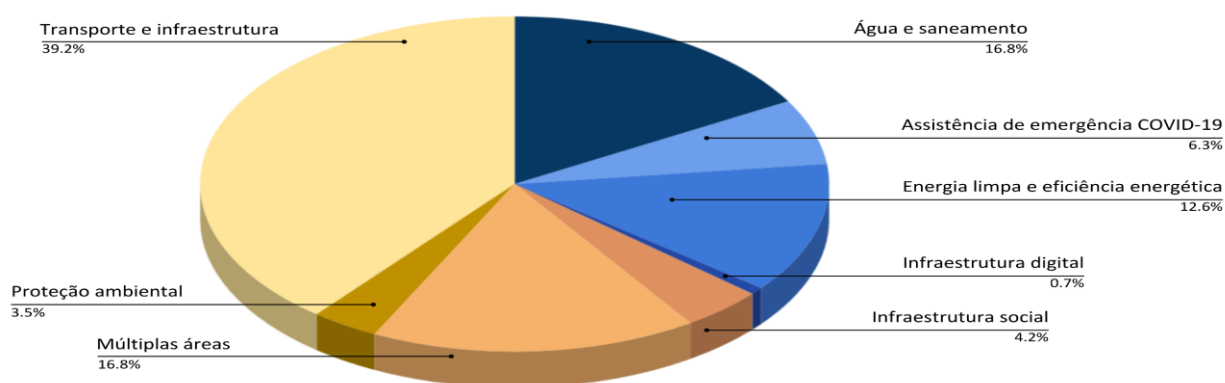


Fonte: Elaboração nossa com base em Novo Banco de Desenvolvimento (2024).

²⁰ Foi pensado na utilização dos dólares como moeda base para as análises, visto que a maioria dos projetos do NBD utilizam a mesma métrica. Também argumenta-se que o dólar estadunidense possui menos flutuações a longo prazo, o que também auxilia na compreensão destas métricas apresentadas.

A partir da análise dos dados sobre a situação dos projetos do NBD — proposto, aprovado, finalizado e cancelado — foi possível observar que a área que possui mais projetos, dentre todos os países beneficiados, é a de transporte e infraestrutura, contabilizando 39,2% dos projetos em qualquer momento. Observa-se que dentro desses projetos, muitos são para o desenvolvimento de estradas para conectar regiões e municipalidades que não possuem a infraestrutura necessária para um bom desenvolvimento social e econômico, ficando muitas vezes isoladas das demais cidades. A segunda tendência de projetos de transporte e infraestrutura são as ferrovias, as quais auxiliam nas trocas comerciais também com o intuito de conectar regiões de grande potencial, porém ainda isoladas das demais. A China, a Índia e a África do Sul são os três países que possuem a maior quantidade de projetos nessa área, somando, respectivamente, 59,5%, 45,9% e 28,6% dos projetos.

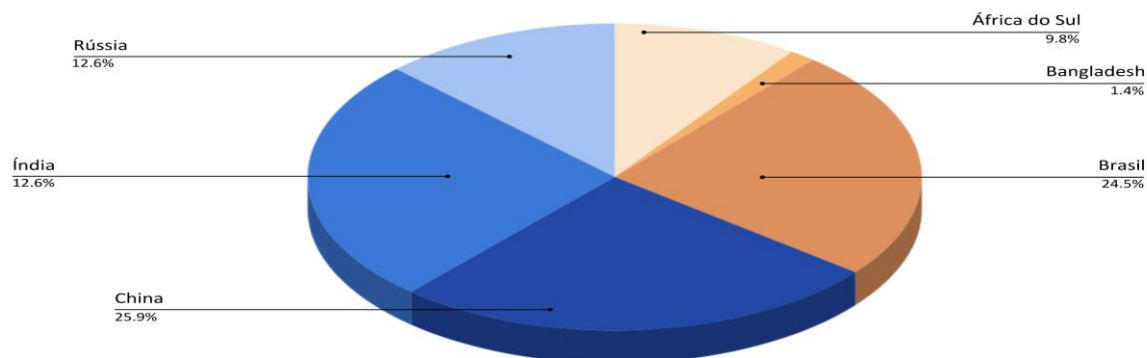
Gráfico 2 - Áreas de atuação do NBD por quantidade de projetos (2016-2024)



Fonte: Elaboração nossa com base em Novo Banco de Desenvolvimento (2024).

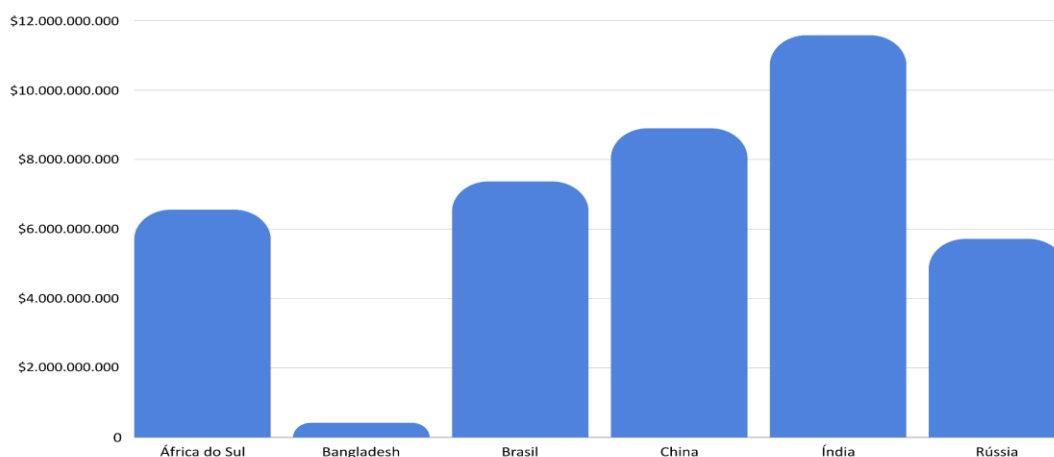
Projetos de água e saneamento ficam em segundo lugar, ao representarem 16,8% dos projetos. Nesse sentido, as iniciativas focam no desenvolvimento de sistemas de distribuição de água e de saneamento básico para regiões que ainda não possuem acesso a tais serviços, ou no desenvolvimento da infraestrutura já existente, porém precária em certas localidades. Isso se aproxima da dimensão social (e humana) do desenvolvimento, visto que a água e o saneamento integram o rol dos direitos humanos - Resolução A/RES/64/292 das Nações Unidas de julho de 2010 - e um desafio para os países em desenvolvimento em termos de saúde - sendo tema do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2006 intitulado "A água para lá da escassez: Poder, pobreza e a crise mundial da água". Logo, a Índia, o Brasil e a África do Sul possuem o maior número de projetos nesta área, sendo, respectivamente, 27%, 17,1% e 14,3%.

Gráfico 3 - Países beneficiados por quantidade de projetos (2016-2024)



Fonte: Elaboração nossa com base em Novo Banco de Desenvolvimento (2024).

Gráfico 4 - Países beneficiados por bilhões de dólares (2016-2024)



Fonte: Elaboração nossa com base em Novo Banco de Desenvolvimento (2024).

Representando 18,8% dos projetos, estão aqueles dedicados a múltiplas áreas. Estes projetos do NBD beneficiam diferentes setores ao mesmo tempo, como, por exemplo, projetos que trabalham com infraestrutura de transporte, ao mesmo tempo que desenvolvem o saneamento básico e desenvolvimento social de uma região. Essa abordagem complexa e intersetorial, apesar de ser um desafio, acompanha as tendências mais recentes das políticas públicas que não restringem os problemas de desenvolvimento a certas agendas ou instituições, porquanto reconhecem tais problemas como brechas estruturais, um desafio eminentemente do Sul Global.

Para tanto, o NBD utiliza alguns instrumentos operacionais e estratégicos para o desenvolvimento dos projetos. O primeiro deles é o “marco ambiental e social”, o qual divide todas as iniciativas de financiamento em quatro categorias: (1) Categoria A, demonstra um alto

nível de perigo ambiental, de reassentamento ou para povos nativos de forma irreversível; (2) Categoria B, desenvolve um potencial adverso, ou seja, impactos condizentes com os da primeira categoria, porém não de caráter irreversível; (3) Categoria C, possui impactos mínimos ou até mesmo inexistentes e (4) Categoria FI, de um Intermediário Financeiro, designa o investimento de fundos para ser aplicados nas três primeiras categorias.

Tais ferramentas estabelecem os direitos e as obrigações dos tomadores de empréstimos (Sul Global) para com o NBD e para com seu próprio espaço nacional. Logo, essa avaliação é feita ainda em caráter preliminar, um composto para a aprovação do projeto em si, visto que existem riscos os quais o banco não aceita e rejeita no momento da concessão de investimento. O banco acompanha o projeto durante toda sua implementação, oferecendo assessoria para mitigar os danos predispostos, porém enfatizam que é de responsabilidade do tomador do empréstimo buscar tais assessorias dispostas. O NBD se dá o direito de recusar propostas que tenham em seu escopo o comércio de animais selvagens, de armas e munições, de bebidas alcoólicas, de tabaco, pesca, dentre outros projetos que possam estar fora da conformidade legal do Estado tomador do empréstimo.

Tendo em vista seu objetivo, o NBD estabelece como sua principal contribuição prover soluções para o déficit de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável nos “mercados emergentes” (New Development Bank, 2024a - último disponível até junho de 2024). Além de seus seis relatórios anuais (de 2017 a 2022) que mostram alguns indicadores e expectativas de evidências para o impacto no desenvolvimento do Sul Global, nota-se o desafio que o Novo Banco lança para melhorar sua operação é a mobilização de mais recursos, diversificação dos tipos de projetos, emprego de instrumentos mais sofisticados e construção de um perfil institucional mais robusto - Estratégia Geral 2022-2026 (New Development Bank, 2024).

Para tanto, o Banco poderá garantir, participar em e realizar empréstimos ou apoiar por meio de quaisquer outros instrumentos financeiros, projetos públicos ou privados, incluindo parcerias público-privadas, em qualquer país membro, bem como investir em ações, subscrever a emissão de valores mobiliários ou facilitar o acesso aos mercados de capitais internacionais de qualquer negócio ou empreendimento industrial, agrícola ou de serviços com projetos nos territórios dos países membros tomadores de empréstimos. (decreto nº 8.624, 2015, art. 19, a)

2.3. Um caso prático: o empréstimo à Prefeitura de Aparecida de Goiânia

Tendo em vista a importância em aproximar as análises sobre as contribuições do NBD para o Sul global, enfoca-se, aqui, o caso do empréstimo à Prefeitura de Aparecida de Goiânia. Como o nível mais local da administração pública no Brasil, a cidade de Aparecida de Goiânia é o segundo maior município do estado de Goiás e está localizado na Região Metropolitana de Goiânia. A elaboração do projeto, cujo valor é de 829 milhões de reais, começou em 2021, mas o financiamento só foi aprovado pelo NBD apenas em julho de 2023. Com o investimento focado em obras de infraestrutura, o início da execução se deu no começo de 2024, sendo o tempo de

duração total previsto no projeto de cinco anos, ou seja, deve se encerrar até o final de 2028 (New Development Bank, 2023b).

De acordo com Jonas (2024),²¹ técnico da Prefeitura responsável pelo programa *Aparecida de Goiânia 100 Anos*, isto é, o empréstimo entre o Município de Aparecida de Goiânia e o Novo Banco de Desenvolvimento, esse “prazo não é normal”. Ele alega que “tivemos a infelicidade da existência da Covid-19 que impossibilitou a realização das missões de verificação do banco”. Além disso, há que se registrar o fato de que o ano de 2022 foi um ano eleitoral para a renovação dos mandatários da presidência do Brasil e do governo do estado de Goiás, além dos deputados e senadores, sendo estes últimos responsáveis pela aprovação de acordos de empréstimos dos entes subnacionais, conforme o art. 52, inciso V, da Constituição Federal.

A questão de o empréstimo ter sido feito em dólar, em vez de na moeda local, levanta alguns questionamentos relacionados a um eventual aumento da capacidade de endividamento da Prefeitura. Conforme publicado no sítio web do NBD, o valor de 120 milhões de dólares foi concedido à prefeitura, o que requer uma conversão para a moeda local e, conseqüentemente, o pagamento da taxa cambial. Segundo Jonas (2024), “no caso do programa de Aparecida, tínhamos as opções do valor em euros ou dólar americano”. O entrevistado, ainda, pontua que “em operações com agências de crédito multilaterais, o Brasil não permite a utilização da moeda local”.

No projeto, há uma breve contextualização dos desafios enfrentados pela cidade, que está entre as cidades brasileiras com índice baixo de desenvolvimento sustentável - vide IDSC-BR (ICS, SDSC e CEBRAP, 2024). Desde a década de 1990, Aparecida de Goiânia tem deixado de ser uma “cidade dormitório”, onde vive uma grande parcela da população que trabalha em Goiânia (região metropolitana), para se transformar em um importante polo industrial de Goiás. Isso “causou um aumento linear da população de 238% e levou à expansão desordenada dos bairros, resultando, entre outras coisas, em desafios da mobilidade urbana e infraestrutura social insuficiente” (New Development Bank, 2023b).

Cabe especificar que estão previstas as seguintes obras:

- i) Pavimentação de ruas com sistema de drenagem de águas pluviais – inclui pavimentação de aproximadamente 214 km de ruas, para atingir 100% da rede viária da cidade pavimentada.
- ii) Pontes, Passagens Inferiores e Viadutos – construção de quatro pontes, duas passagens inferiores e dois viadutos para melhorar mobilidade e conectividade.
- iii) Construção de Escolas – construção de 15 escolas, incluindo 11 para a educação infantil (de zero a cinco anos) e quatro escolas primárias (de cinco a dez anos).
- iv) Remodelação do Parque – Quatro parques cobrindo uma área total de aproximadamente 351.000 m². (NEW DEVELOPMENT BANK, 2023b)

²¹ O nome real do entrevistado foi ocultado; trata-se de um servidor público da Prefeitura da Aparecida de Goiânia responsável pelo empréstimo junto ao NBD; entrevista realizada em 12 de agosto de 2024, por mensagem de e-mail.

Todo o projeto será financiado pelo NBD, com o orçamento do município como contrapartida. Diferentemente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial, não há menção quanto ao monitoramento e à avaliação, o que pode ser um indício da tentativa de dar maior autonomia às entidades tomadoras do empréstimo, ao desburocratizar os empréstimos, o que tem sido algo muito custoso para os países em desenvolvimento nos empréstimos tradicionais. No entanto, há sempre um risco de que ou o projeto não seja bem implementado (e tenha a oportunidade de prever riscos e contar com a correção de rumos) ou não seja transparente quanto ao uso dos recursos públicos.

Embora o monitoramento e a avaliação não estejam listados no documento disponível publicamente, Jonas (2024) destaca que “existe previsão de empresa para acompanhar a execução do programa”, o que já está ocorrendo. Há também a “previsão de uma auditoria financeira e o acompanhamento do banco que será realizado até o segundo desembolso pela matriz e, posteriormente, pela regional do Brasil”. Conforme revelado por ele, “as contratações seguem a determinação do banco e foram discutidas na fase de aprovação do projeto”.

Também não há menção específica aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)²², mas o próprio NBD possui parâmetros sociais e ambientais. Segundo o que consta no projeto, o empréstimo em questão foi classificado como tendo um potencial de gerar adversidade, ainda que de caráter reversível, tanto para o meio ambiente natural, quanto para o reassentamento de povos nativos (Categoria B). Tal previsão é de grande importância para o projeto, uma vez que o Estado de Goiás, onde se encontra a cidade de Aparecida de Goiânia, não apenas tem sofrido com os impactos gerados pelo agronegócio, quanto é um estado brasileiro que hospeda grande contingente da população quilombola do país²³. O documento de projeto prevê que as obras contribuem com o desenvolvimento econômico e social de Aparecida de Goiânia (New Development Bank, 2023b), porém, antecipa determinados “impactos”, que estão listados abaixo:

(i) permanente aquisição de terras e possíveis reassentamentos involuntários em pequena escala; (ii) perda e perturbação de habitats naturais; (iii) erosão do solo e assoreamento de cursos d’água; (iv) perturbação do tráfego, segurança e incômodo da comunidade; (v) interrupção de serviços básicos municipais; (vi) aumento do tráfego intenso; (vii) emissões de poluentes induzidos pela construção; e (viii) riscos à saúde e segurança ocupacional (New Development Bank, 2023b).

A escolha no NBD por parte da Prefeitura de Aparecida de Goiânia obedeceu a critérios estritamente técnicos, segundo informou Mendes (2024), um agente político de alto nível do

²² Sabe-se, no entanto, que a cidade conta entre suas maiores pontuações no ranking das cidades sustentáveis (no âmbito dos ODS) com: ação contra a mudança do clima, energia acessível e limpa e água potável e saneamento. (ICS, SDSC e CEBRAP, 2024)

²³ Apesar de o estado somente ter aprovado sua política de implementação da Agenda 2030 em abril de 2023, já há alguns esforços do estado em projetos internacionais, com é o caso do projeto em questão, do projeto com o PNUD e a prefeitura de Alto Paraíso, sendo ainda que a Secretaria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável do estado de Goiás é parte da Comissão Nacional dos ODS.

governo executivo municipal à época²⁴. Segundo o entrevistado, o Banco dos Brics, tal qual os BID, BM, CAF é um banco multilateral de fomento e avalia segundo aspectos muito similares. Ao considerarmos a taxa de juros, período de carência, prazo de pagamento, burocracia interna e relacionamento com o cliente, porém, decidimos por esse financiamento e não outros.

De acordo com Mendes (2024), o prazo de pagamento, o período de carência e a taxa de juros foram os três pontos em que o NBD se destacou durante as negociações “estes três itens foram melhores e mais favoráveis ao município do que qualquer outra instituição financeira”. Nesse sentido, seria possível afirmar que o NBD já atua em condições de oferecer vantagens aos “tomadores de empréstimos”, ainda que não seja percebido como uma instituição contra-hegemônica por gestores mais pragmáticos. Mendes (2024) também destacou que “a proeminência ou não proeminência do Brasil dentro do Banco do Brics não foi um fator que foi considerado no momento da definição da instituição financeira”. Ele explicou que entende que cada instituição internacional tem suas regras, conta com representantes no Brasil para negociar com os entes subnacionais. Sendo assim, cabe ao município se adaptar àquele que traz os maiores e os melhores benefícios a si. Esse, talvez, seja um desafio para o NBD e o Brics no futuro, saber vincular esse empréstimo mais vantajoso às narrativas e propostas alternativas em prol de uma ordem internacional mais justa e equilibrada - algo que indica que o Novo Banco precisa investir em ganhar mais legitimidade.

Isso permite considerar que o Sul Global, muitas vezes, é visto como uma questão mais ideológica do que técnica. Trata-se de algo de destaque na política internacional, porém com pouca aderência no interior dos países do Sul, por parte das autoridades promotoras do desenvolvimento local. Distintamente do que defende Mangani (2024, p. 47), para quem *“institutional endeavours such as the New Development Bank showcase BRICS’ ability to wield soft power instruments, thereby contributing to the advent of multipolarity in the global financial governance”*, ainda não é explícito a evolução do poder brando do NBD entre as regiões em desenvolvimento. Ainda que elas estejam sendo expostas às novas experiências, recursos e perspectivas trazidas pelo NBD, parece ser cedo para essa conscientização geral.

Ainda que o projeto de Aparecida de Goiânia esteja em uma fase muito inicial, algo que impede uma discussão sobre os resultados alcançados e sobre as modalidades de implementação, pode-se argumentar aqui que o NBD se constitui na primeira iniciativa concreta do Brics no estado de Goiás, como um projeto como Sul Global. As análises preliminares deste caso permitem entender como este projeto se insere nas dinâmicas de atuação do Novo Banco e, por conseguinte, abrir a agenda de pesquisa para, posteriormente, identificar e analisar os impactos, comparativamente às instituições tradicionais, do NBD e do Brics quanto ao desenvolvimento local e à reestruturação da ordem mundial.

²⁴ O nome real do entrevistado foi ocultado; o entrevistado, porém, é um agente político do governo executivo do município de Aparecida de Goiânia; entrevista realizada em 11 de março de 2024 por mensagem de e-mail.

3. O BRICS E O DESENVOLVIMENTO NO SUL GLOBAL: O PLANEJAMENTO ESTATAL

O Brics e sua contribuição para o desenvolvimento do Sul Global é o grande tema de interesse de pesquisadores e tomadores de decisão desde seu surgimento. Pouco depois da primeira reunião ministerial do Brics de 2008, o então chanceler brasileiro, Celso Amorim, publicou um artigo de opinião no jornal Folha de S. Paulo, detalhando a sua visão sobre o grupo. Para Amorim, o Brics, naquele momento, estava contribuindo “para manter nos trilhos a economia mundial”, demonstrando capacidade de mitigar os efeitos da crise em meio a um contexto de “desaceleração da economia norte-americana e das incertezas que se afiguram à evolução do comércio e das finanças internacionais” (Amorim, 2008). Na transição da ordem mundial, então, se avistava uma oportunidade para repensar e propor cenários mais promissores, especialmente considerando os problemas reconhecidos.

Parte da literatura sobre o Brics, contudo, sugere que o bloco pouco avançou e encontra-se diante de enormes desafios e importantes contradições. O primeiro deles é a falta de institucionalidade, já que o bloco nunca se constituiu como organização internacional por um pacto estabelecendo normas e obrigações vinculantes (Stunkel, 2015, p. 19). O segundo é a discrepância entre o crescimento de seus membros nas últimas duas décadas, com China e Índia despontando à frente dos demais países (Herrero, 2024). O terceiro é a dificuldade de concertação que se evidencia nas diferentes posições políticas dentro do bloco e, no presente, acirra-se com a expansão nas membesias com o Brics+ - e inclusão de países tão heterogêneos quanto aquém das taxas de crescimento do bloco (Carmody, 2024; Katz, 2024). Por último, há ainda as classificações das agências de risco, como a S&P, que classificam o NBD como AA+ enquanto outros BMD são considerados AAA, o que determina a estratégia de captação de recursos do Novo Banco porquanto tem maior custo para financiar suas operações - maior risco, mais dificuldade em alavancar no mercado de capital (Molinari e Patrucchi, 2020a).

Uma das questões mais polêmicas nas críticas que se faz aos Brics no presente concernente especialmente ao NBD é a influência chinesa e, conseqüentemente, o risco de ser instrumentalizado pela China. O Novo Banco tem sede na cidade chinesa de Shanghai, com financiamento do governo da província chinesa, e opera sob forte influência da China (Rached e Sá, 2024; Stuenkel, 2016; Batista Jr., 2019)²⁵, além disso, ele coincide em termos espaciais e temporais com a atuação da Iniciativa chinesa da Nova Rota da Seda (mais conhecida como *Belt and Road Initiative - BRI*) e do Banco Asiático para Investimento em Infraestrutura (ou *AIIB, Asian Infrastructure Investment Bank* seguindo a sigla em inglês), que tem sede na China na mesma província de Shanghai.

Com a projeção chinesa na economia mundial, surge a inquietação do Brics como espaço privilegiado da governança multilateral sob condução chinesa. Para a realização do BRI,

²⁵ Apesar de o capital inicial do NBD ter sido igualmente distribuído entre os cinco membros para assegurar igual capacidade de voto, o Acordo Contingente de Reserva (ACR) conta com uma contribuição maior da China, sendo que estão em segundo lugar a Rússia, o Brasil e a Índia, e em terceiro a contribuição da África do Sul.

notadamente, e a conexão do mundo em desenvolvimento que propõe a iniciativa chinesa, promove-se uma cooperação internacional em grande escala, com forte impulso aos princípios da Cooperação Sul-Sul. Assim, o NBD, diferentemente do AIIB que se aproxima mais à cooperação tradicional Norte-Sul, esse mostra-se vocacionado a um novo tipo de CSS de financiamento do desenvolvimento seja por meio da liderança dos países na elaboração e implementação dos projetos seja por empréstimos em moeda local e de projetos de desenvolvimento local (Rached e Sá, 2024, p.34). Também comenta Prashad (2012) que a China parece satisfeita em compartilhar esse espaço com os países do Brics e, com isso, defender pautas caras como a multipolaridade e a diversidade econômica. Isso não impede, porém, que haja alguns desafios para o bloco decolar como (1) as políticas internas dos países do Brics seguem o teor geral do que se poderia considerar Neoliberalismo com Características do Sul; (2) a aliança Brics não conseguiu criar uma instituição que atue como novo ator com autoridade para agir; (3) a formação do bloco não endossou uma alternativa ideológica ao neoliberalismo; e (4) o projeto não tem capacidade militar para enfrentar o domínio militar dos Estados Unidos e da OTAN (Prashad, 2012, p. 19-21).

Neste contexto, o trabalho de Elias Jabbour, tanto nas pesquisas sobre o 'modelo' chinês quanto na assessoria à presidência do NBD, chama atenção para uma 'nova economia do projetamento' implementada com êxito pela China e com forte potencial de ser replicada por outros países e, mesmo, pela governança global. Há um duplo papel de planejamento do Estado, em contraposição à ação livre atuação do mercado, para manter o equilíbrio socioeconômico sustentável no plano interno e externo²⁶ (Jabbour e Gabriele, 2021).

Diferentemente do que várias pesquisas têm apontado, em vez de uma instrumentalização do NBD por parte da China, argumentamos que há uma forte influência exercida pela China sobre o Sul Global. Isso projeta globalmente o 'exemplo chinês' que centraliza no Estado o desenvolvimento nacional, promove o interesse público sobre o privado. Conforme Martins (2021) sobre a tese dos autores "o elemento chave nesse processo é a reinvenção do Estado". Dessa forma, a China tem persuadido, em vez de imposto seu 'modelo'; cabe lembrar o reconhecimento do Banco Mundial e sistema ONU pela diminuição sistemática da pobreza (World Bank, 2022) - e erradicação da extrema pobreza na China em 2020.

Com a China, surge uma formação econômico-social de orientação socialista que, contrária ao estilo soviético de planejamento central adotado em Cuba, inaugura o socialismo de mercado e interage com as estruturas capitalistas globais. Com base na dinâmica macroeconômica, a China lança uma estratégia novo-desenvolvimentista assentada no desenvolvimento de capacidades estatais e em políticas de socialização do investimento. Com forte tendência de expansão pelo mundo, a China se mostra mais eficaz no enfrentamento de grandes desafios que não podem ser

²⁶ Para o autor, estados desenvolvimentistas de orientação socialistas estariam aptos para a planificação quando o Estado toma para si a tarefa de transformar empresas de sua propriedade em pontas de lança da ciência, tecnologia com crescentes ganhos de escala, escopo e produtividade do trabalho. "O surgimento dos primeiros sinais de uma economia de projetamento indica uma mudança qualitativa na natureza da capacidade estatal da China de governar a economia nacional e impulsioná-la poderosamente por um caminho acelerado e holístico de desenvolvimento econômico e humano." (Jabbour e Gabriele, 2021, p. 256)

resolvidos pelo mercado, como é o caso da preservação do meio ambiente (Jabbour e Gabriele, 2021, p. 146).

A centralidade do Estado na definição de rumo e planejamento dos meios para o desenvolvimento dos países tem sido defendida por vários autores. Bermúdez (2023), a partir da experiência do G77 + China sob liderança cubana, ressalta que o Estado tem desempenhado um papel central na mitigação dos efeitos negativos das crises do capitalismo global, ao buscar compatibilizar medidas antiinflacionárias de interesse social e taxas de juros do sistema financeiro. Longe de esperar por mudanças advindas da NOEI, defende-se a postura ativa de Estados do Sul Global na reversão deste cenário:

[...] el orden económico internacional, lejos de transformarse en el sentido propuesto por los países en desarrollo en la Declaración y el Programa de Acción del Nuevo Orden Económico Internacional (NOEI), hace cuarenta años, se ha modificado hacia un entorno más adverso y hostil a las condiciones económicas y sociales del desarrollo de los pueblos. La exclusión, las desventajas para los países en desarrollo, la concentración de la riqueza, el intercambio desigual, la inseguridad energética, el progresivo deterioro de los términos de intercambio, el endeudamiento esclavizador y el estímulo a patrones de producción y consumo insostenibles en los países desarrollados, lejos de mitigarse, se han agravado (Bermúdez, 2023, p.155).

Isso põe em questão a coesão do bloco e a relevância de sua concertação econômica, em vez de meramente política. Apesar de a alocação de recursos dos países membros do Brics ser inferior no NBD ao Banco Mundial (New Development Bank, 2024; World Bank, 2024), há um traço distintivo do Estado na China quanto à condução da governança global. Como explica Niu (2013), a China prefere pautar sua influência na cooperação internacional, ação coletiva e aprendizado mútuo. A harmonização de interesses das potências emergentes é um processo gradual que se baseia no espírito cooperativo e em uma abordagem pragmática em detrimento dos jogos de soma zero.

Logo, o NBD é uma forma desse grupo conseguir promover a multipolaridade — e o multilateralismo— dentro do sistema monetário e financeiro internacional existente. Aqueles que estão insatisfeitos com o parâmetro global de funcionamento baseado no Norte Global acabam por procurar essas alternativas, aumentando ainda mais a capacidade destas. Nota-se, por exemplo, como o NBD é capaz de provocar uma menor necessidade pelo dólar estadunidense (Mangani, 2024). Se o Novo Banco os torna mais independentes na sua atuação e traz a possibilidade de escolha das linhas de crédito e suas condições, então, seria possível argumentar que o Brics tem contribuído para aumentar a agência (capacidade) de governos no Sul Global, seja nacional seja local, na condução das iniciativas de desenvolvimento.

Com base nas propostas do sociólogo Wallerstein (2014) de que não é somente a geopolítica que importa na atuação e avaliação do Brics (e o NBD) e, sim, a luta de classes dentro desses países, ressaltamos a importante contribuição que o Novo Banco deve dar para o desenvolvimento dos países do Sul Global. Isso, para que eles busquem o fortalecimento estatal e promovam o planejamento centrado no interesse e autoridade pública - seja nacional ou

subnacional. Neste sentido, a condução das iniciativas de desenvolvimento em estreito diálogo com as populações e recursos locais podem garantir mais meios de financiamentos e investimentos para os distintos territórios e povos do Sul Global e constituir-se em uma oportunidade para a atuação deste Novo Banco de Desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomamos a questão levantada por Batista Jr. (2019) "Que diferença faz para os países menores, mais frágeis ou de menor renda, que o poder decisório seja transferido das potências tradicionais para os BRICS?" De fato, se a diferença não ficar explícita na operação do bloco, especialmente, se o NBD não souber ter sua atuação percebida como mais vantajosa e distinta da tradicional, sua atuação conjunta será uma mera disputa de poder.

Neste sentido é que se faz necessário entender o Brics e o NBD como uma proposta ideológica nas disputas entre Norte e Sul global (geopolítica) e, também, como oportunidade para renovar os mecanismos e lógicas de operação na governança global. O planejamento das iniciativas de desenvolvimento nacional por parte de uma autoridade pública-governamental torna-se uma questão premente, sobretudo quando as corporações privadas têm concentrado cada vez mais riqueza e poder.

Convém, para tanto, recapitular a importância em se analisar e compreender o Brics a partir de conceitos e da perspectiva do Sul global. As definições sobre o que se conhece e se entende por Nova Ordem (Econômica) Internacional, Cooperação Sul-Sul e, mesmo, desenvolvimento estão em disputas nas narrativas das instituições, governos e grupos sociais. Não perder de vista a ideia de um projeto de Sul Global, tal qual vem sendo elaborado e amadurecido há décadas e paralelamente ao surgimento e consolidação da ordem internacional liberal, nos parece importante para compreender no longo prazo as mudanças observadas gradativamente nas relações internacionais. Lembrando que o pluralismo, o respeito à soberania e a solidariedade e horizontalidade na cooperação entre países e povos integram os princípios e marcos e ação do Sul Global na cena política internacional.

O fato de o Sul Global constituir-se como ator político com potencial de redefinir a ordem mundial através da Cooperação Sul-Sul não significa que ele representa e beneficia todos os países em desenvolvimento, por certo. Por isso, essa é uma questão que merece atenção e demanda mais pesquisas, com o intuito de analisar casos concretos que permitam gerar dados primários sobre os projetos que se implementam por meio do NBD. Não se pode esquecer que iniciativas macroeconômicas e políticas definidas pelas cúpulas do Brics na *longue durée* são difíceis de se analisar, porquanto seus impactos na transformação da ordem mundial é algo complexo e se vai constituindo gradualmente em termos espaço-temporais. "*Critical theory is theory of history in the sense of being concerned not just with the past but with a continuing process of historical change.*" (Cox, 1981, p.129). Isso nos sugere a importância das narrativas contestatórias como provas científicas de que está em marcha uma mudança lenta e gradual.

O aporte da Teoria Crítica traz a possibilidade de realizar uma 'escolha normativa' em benefício de determinada ordem social e política, diferente da vigente. Além de contar com um guia para a ação estratégica ao se propor uma ordem alternativa, utópica, concebendo-a como resultado da interação mútua e simultânea entre ideias, instituições e capacidades materiais, em que as forças sociais, as formas de Estado e as ordens mundiais são parte de um processo histórico. Uma conscientização, nesse sentido, requer, então, repensar os instrumentos analíticos (categorias e conceitos) e adotar perspectivas 'outras' para se mensurar os resultados e avaliar os impactos produzidos pelo NBD.

As pressões provenientes da realidade social no Sul global se apresentam, no presente, como problemas no meio internacional, a busca por conhecimentos alternativos nas Relações Internacionais, assim, é uma tendência cada vez mais evidente e questão premente. O Sul deve se associar a uma parcela do território global onde se encontra grande vulnerabilidade social e ambiental e condições desfavorecidas para o bem-estar humano. E é, também, um espaço onde se encontram outros saberes, visões de mundo e estilos de vida, mais conectados às experiências e percepções das sociedades. Isso nos desafia a compreender o Brics com base, também, na importância das interpretações e simbolismos (a dimensão ideacional), em vez de somente das instituições ou regras (a dimensão material).

Consideramos, por fim, que o Brics é, efetivamente, um bloco que se destaca para promover uma ordem mundial nova em um momento de forte presença das narrativas contestatórias e ascensão de países emergentes para promover a CSS e o desenvolvimento no Sul Global. Assim, o NBD, em conjunto com o ACR, aparece como uma investida contra-hegemônica para promover uma nova ordem (econômica, financeira e, especialmente, política) mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdenur, A.; Folly, M. (2015). 'O Novo Banco de Desenvolvimento e a Institucionalização do BRICS'. In: BAUMANN, R. *BRICS: estudos e documentos*. Brasília: FUNAG, p. 79-114. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-Estudos_e_Documentos.pdf. [Acesso em: 1 jan. 2024].

Alden, C. et al. (Orgs.) (2010). *The South in World Politics*. Inglaterra: Palgrave Macmillan.

Almeida, P. (2010). 'O Bric e a substituição de hegemonias: um exercício analítico (perspectiva histórico-diplomática sobre a emergência de um novo cenário global)'. In: BAUMANN, R. (Org.). *O Brasil e os demais BRICS - Comércio e Política*. Brasília: CEPAL. Brasília: IPEA, p. 131-154.

Amorim, C. (2008). 'Os Brics e a reorganização do mundo'. *Folha de S. Paulo*, 8 jun. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0806200807.htm>. [Acesso em: 6 fev. 2024].

Badd, S. (2009). *Behind the Development Banks: Washington Politics, World Poverty and the Wealth of Nations*. Chicago e Londres: The Chigaco University Press.

Batista JR., P. N. (2019). *O Brasil não cabe no quintal de ninguém: Bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata*. São Paulo: LeYa.

Batista JR., P. N. (2016). 'BRICS - Novo Banco de Desenvolvimento'. *Estudos Avançados*, 30(88), p. 179-184.

Bermúdez, M. (Org.) (2023). *El Actual Orden Económico Internacional: un obstáculo al desarrollo - el principal reto para el Grupo de los 77 y China*. Havana: Editorial José Martí.

Besharati, N.; Esteves, P. (2015). 'Os BRICS, a Cooperação Sul-Sul e o campo da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional'. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, 37(1), p. 289-330.

Brics Policy Center (2018). Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). BRICS Policy Center. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/new-development-bank/>. [Acesso em: 29 mar. 2024].

Chaturvedi, S. et al. (2021). 'Development Cooperation in the Context of Contested Global Governance'. In: CHATURVEDI. et al. (Ed.). *The Palgrave Handbook of Development Cooperation for Achieving the 2030 Agenda*. Londres: The Palgrave Macmillan. p. 1-21. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-57938-8>. [Acesso em: 30 set. 2023].

Cox, R. (1983). 'Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method'. *Millenium Journal of International Studies*, 12(2).

Cox, R. (1981). Social forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory. *Millenium Journal of International Studies*, 10(2).

DECRETO. nº 8624. 29 dez, 2015. DECRETO Nº 8.624, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015. Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8624.htm [Acesso em: 15, ago 2024].

Ferreira, J. (2024). 'Balanço dos primeiros 100 dias da política externa de Milei'. *Observatório de Regionalismo (ODR)*, 19 mar. Disponível em: <https://observatorio.repri.org/2024/03/19/balanco-dos-primeiros-100-dias-da-politica-externa-de-milei/>. [Acesso em: 20 mar. 2024].

Giaccaglia, C; et al. (Orgs.) (2022). *Soplan nuevos vientos: ¿Tiempos nuevos para BRICS? Marcos conceptuales y pujas de poder en la negociación de la agenda internacional*. UNR Editora. Disponível em: <https://rephip.unr.edu.ar/items/9fd069f4-8233-4eed-b57d-545fc741b32a>. [Acesso em: 29 mar. 2024].

Herrero, A. (2024). 'Potential Geoeconomic and Geopolitical Consequences of an Expanded BRICS'. *Econ. Pol. Forum*, v. 25, p. 5-9.

ICS; SDSC; CEBRAP. Cidades Sustentáveis - ODS. Dados informados relativos a 2023, 2024. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/5201405/performance>. [Acesso em: 12/04/2024].

Jabbour, E. (2022). 'How China and its anti-neoliberal globalization challenges the US-led imperialism and its Monroe Doctrine'. *GIE - Geopolitical Economy*, 28 ago. Disponível em: <https://geopoliticaeconomy.com/2022/08/28/china-anti-neoliberal-globalization-imperialism/>. [Acesso em: 12 abr. 2024].

Jabbour, E.; Dantas, A.; Vadell, J. (2021). 'Da Nova Economia do Projeto à Globalização Instituída pela China'. *Estudos Internacionais*. Belo Horizonte, 9(4), Set., p.90-105.

Jabbour, E.; Gabriele, A. (2021). *China: Socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo.

Katz, M. (2024). 'The Geopolitical (In)Significance of BRICS Enlargement'. *Econ. Pol. Forum*, v. 25, p. 14-17.

Lechini, G. (2022). 'Algunas reflexiones sobre el reordenamiento mundial y la Cooperación Sur-Sur'. *Relaciones Internacionales, Uruguay*, 31(62). Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/view/14056>. [Acesso em: 29 mar. 2024].

Mangani, D. Y. (2024) "BRICS as a Catalyst for Global Governance Transformation: Beyond Western Perceptions". *MGIMO Review of International Relations*, p. 46-64. Disponível em: <https://www.vestnik.mgimo.ru/jour/article/view/3615> [Acesso em: 03 abr. 2024].

Molinari, A.; Patrucchi, L. (2020a). El diseño institucional del Banco del Sur: ¿un modelo superador a la banca multilateral de desarrollo? *H-industri@* vol. 27, pp. 27-53.

Molinari, A.; Patrucchi, L. (2020b). Rompiendo el molde: logros y desafíos de los nuevos bancos de desarrollo. *Ciclos*, Vol. XXVII, Nro. 54, 2020 ISSN 1851-3735, pp. 131-155.

Moreira Jr., H.; Figueira, M. (2014). 'O Banco dos BRICS e os cenários de recomposição da ordem internacional'. *Meridiano 47 - Journal of Global Studies*, Brasília, 15(142), p. 54-62. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4848>. [Acesso em: 29 mar. 2024].

New Development Bank. (2024a). 'Shareholding - Capital Structure & Subscription'. *New Development Bank*. Disponível em: <https://www.ndb.int/about-ndb/shareholding/>. [Acesso em: 12 abr. 2024].

New Development Bank. (2024b). 'All projects'. *New Development Bank*. Disponível em: <https://www.ndb.int/projects/all-projects/> Acesso em: 11 mar, 2024].

New Development Bank. (2023a). *Address by NDB President, Dilma Rousseff at Opening of the Plenary Session of the 8th Annual Meeting of the NDB*. 30 mai. Disponível em: <https://www.ndb.int/insights/address-by-ndb-president-dilma-rousseff-at-opening-of-the-plenary-session-of-the-8th-annual-meeting-of-the-ndb/>. [Acesso em: 29 mar. 2024].

New Development Bank. (2023b). 'Aparecida de Goiânia 100 Years' Infrastructure Program'. *New Development Bank*, 10 jul.. Disponível em: <https://www.ndb.int/project/aparecida-de-goiania-100-years-infrastructure-program/#tabbed-standard>. [Acesso em: 06 fev. 2024].

New Development Bank. (2022). 'Novo Banco de Desenvolvimento: Marco Ambiental e Social'. *New Development Bank*. Disponível em: <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/11/ESF-Translation-PT.pdf>. [Acesso em: 11 mar. 2024].

New Development Bank. (2015). *Agreement on the New Development Bank*, Fortaleza, July 2015. Disponível em: [Agreement-on-the-New-Development-Bank.pdf](#) (ndb.int) [Acesso em 02 ago, 2024].

Niu, H. (2013). 'A grande estratégia Chinesa e os BRICS'. *Contexto Internacional*, v. 35, p. 197-229.

Prashad, V. (2012). *The Poorer Nations: a possible history of the global South*. Londres: Verso.

Rached, G; Sá, R. (2024). 'BRICS 15 Years On: Challenges and Opportunities for Emerging Countries in the Shifting Global Institutional Landscape'. *MGIMO Review of International Relations*. 1(17), p. 26-45.

Rousseff, D. (2023). *Speech by the NDB President Mrs. Dilma Rousseff, at the Third Belt and Road Forum for International Cooperation*, Beijing, China, October 18, 2023. NDB Website: President's Desk. Disponível em: <https://www.ndb.int/insights/speech-by-the-ndb-president-mrs-dilma-rousseff-at-the-third-belt-and-road-forum-for-international-cooperation-beijing-china-october-18-2023/>

Rousseff, D. (2023). *Discurso de posse em 13 de abril de 2023*. Canal do TV Brasil no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Al0CI2wHC4>

Smith, K. (2020). 'Order, ordering and disorder'. In: TICKNER, A.; SMITH, K. (Orgs.) *International Relations from the Global South: Worlds of Difference*. Londres: Routledge. p. 77-96.

Stuenkel, O. (2015). *The BRICS and the Future of Global Order*. Nova Iorque: Lexington Books.

Stuenkel, O. (2016). *Post Western World: How emerging powers are remaking global order*. Cambridge: Polity Press.

Tickner, A.; Smith, K. (2020). 'Introduction: International Relations from the Global South'. In: TICKNER, A.; SMITH, K. (Orgs.) *International Relations from the Global South: Worlds of Difference*. Londres: Routledge, 2020.

Wallerstein, I. (2014). 'Que interesses são atendidos pelos BRICS?' *Tensões Mundiais* (Edição Temática): BRICS. Fortaleza, 10(18), p. 485-487.

World Bank Group. (2024). *Voting Powers*. The World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/about/leadership/votingpowers>. [Acesso em: 12 abr. 2024].

World Bank Group. (2022). *Four Decades of Poverty Reduction in China: Drivers, Insights for the World, and the Way Ahead*. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1877-6>. [Acesso em: 11 mar. 2024].